

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

(85)
Lotto e meio

DISCURSO DA/NA ESCOLA

W837d

FLÁVIA WONSOSKI

Pontes e Lacerda,
outubro de 1997

BIBLIOT. CA UNEMAT	
Campus Universitário de Pontes e Lacerda MT	
RG N°	5702
Data	25 / 10 / 99

Teiman
Turma 1997/1

Ex. 04

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

DISCURSO DA/NA ESCOLA

FLÁVIA WONSOSKI

Ensaio monográfico de conclusão do Curso de Letras, na disciplina de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura - VIII Semestre 97/1, do Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT, junto à docente Maria Inês Parolin Almeida.

Pontes e Lacerda,
outubro de 1997.

UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
BIBLIOTECA

*Agradeço de coração
A Deus, por dar a luz, persistência e fé;
À família, pela compreensão e tolerância;
Às professoras Eliana e Inês - pela paciência e dedicação;
Enfim, a todos que de uma forma ou outra contribuíram
para que esse sonho se concretizasse.
“...A fé ajuda realizar a esperança”.*

“... Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que não entendam a linguagem um do outro. Assim Jeová os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou seu nome Babel (...)”

(Gênesis, 11)

SUMÁRIO

I. Apresentação

II. Embasamento Teórico

III. Escola: Meio de Ascensão Social?

IV. Falar é Consentir?

V. Considerações Finais

VI. Anexos

VII. Bibliografia

OK.

I. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os funcionamentos discursivos sobre / na Escola a partir da teoria da Análise do discurso, linha francesa. Esta teoria lingüística é filiada ao Materialismo Histórico e concebe as condições de produção como o que determina o sujeito e os sentidos, os quais são entendidos no processo social e histórico. Como podemos perceber em Orlandi (1996:19), *“o dizer não é apenas do domínio do locutor, pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres: Em suma, o dizer tem sua história”*. Nos propomos à análise desse funcionamento discursivo, a partir da superfície lingüística, buscando compreender os processos de constituição dos discursos, suas formações ideológicas, acreditando, de antemão, que as diferenças discursivas podem ser marcadas pelas diferentes posições dos sujeitos na instituição escolar.

Para a possibilidade deste, temos um *“corpus”* de análise, que representa cinco diferentes funções do sujeito que compõem os segmentos da escola. Analisaremos o documento norteador das atividades pedagógicas e administrativas da escola, o Regimento Escolar (PPP), elaborado a partir de normativas estabelecidas pelo governo através da secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso; uma dissertação do diretor da escola sob uma proposição temática, sendo ele um elemento responsável pela instituição da qual falamos; uma dissertação de professor, que atua como docente nas séries de V a VIII e ligado de modo direto aos cumprimentos das normativas estabelecidas pelo governo/SEE e, finalmente; uma entrevista com pais de alunos e com próprios alunos que fazem parte da comunidade escolar.

Todos estes materiais selecionados foram tomados de uma escola pública, localizada na periferia da cidade de Pontes e Lacerda - MT, mais especificamente, da Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus “São José”.

A presente proposta de trabalho originou-se da reflexão sobre a escola, enquanto instituição social e aparelho ideológico do Estado. Portanto a entendemos como instrumento de perpetuação e sedimentação dos sentidos. Segundo Eni Orlandi (1987:31), a escola constitui-se em protagonista maior do discurso sobre si mesma.

II. EMBASAMENTO TEÓRICO

Optamos por nos situar e operar com os conceitos da Análise do Discurso (AD), que é uma teoria crítica da linguagem, desenvolvida por Pêcheux, na França e cujos pressupostos epistemológicos estão fincados no Materialismo Histórico.

O objeto que tomamos para nossa análise e sobre o qual desenvolveremos o corpo de definições da AD é o discurso. Este, para AD, constitui-se na inscrição ideológica a que o sujeito se filia, a partir das suas condições de produção. Segundo Orlandi (1996:56), *“o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual”*. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito é interpelado pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes.

A este fenômeno a AD caracteriza como uma ilusão necessária do falante, porque o discurso é constituído historicamente, isto é determinado pelas condições de produção históricas, tanto que sentidos podem ser diferentes nos diferentes momentos históricos. O sujeito, para AD, não é conhecedor consciente do seu processo de construção, nem tão pouco é autônomo ou adâmico em relação aos sentidos. Segundo Pêcheux, há dois esquecimentos que caracterizam essa ilusão do sujeito como fonte de conhecimento: a) *“a ilusão de o sujeito ser fonte de seu discurso no qual se inscreve a eficácia do assujeitamento, ou a ilusão da autonomia de sujeito; e b) a ilusão da transferência dos sentidos”*, Pêcheux (1969). O sujeito inscreve-se numa formação discursiva, no interdiscurso, que é a possibilidade universal dizível, com certa coerência ideológica, a partir do lugar social que ocupa.

Segundo Bakhtin, a linguagem é eminentemente ideológica, pois representa a visão do mundo de um grupo social. Para Pêcheux, não existe linguagem sem sujeito e nem ideologia sem linguagem, pois todos esses elementos se constituem historicamente. Enquanto as teorias pragmáticas operam com a ideologia na subjacência da linguagem ou como ocultação da realidade, para a AD é a ideologia que produz o sistema de efeito da evidência e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais. Isto porque a *“ideologia é solidária da noção de inconsciente”*, como vemos em Orlandi (1996:56 e 57).

No que tange às inscrições ideológicas dos sujeitos no interdiscurso, poderíamos dizer que tais inscrições são materializadas a partir de redes de formulações, que podem ter sentidos polissêmicos ou parafrásticos. Os sentidos polissêmicos são a multiplicidade de sentidos possíveis e atribuíveis a um

mesmo texto, enquanto que o sentido parafrástico é a leitura que caracterizada pelo reconhecimento ou reprodução de um sentido único e literal, que se supõe ser o do texto. Essas redes de formulação se constituem a partir da formação ideológica, mas quais os sentidos e o sujeito se inscrevem.

Maingueneau (1993 : 116), define e distingue bem três termos para melhor explicitar essa inscrição discursiva do sujeito no interdiscurso: o interdiscurso; o campo discursivo e o espaço discursivo: Interdiscurso é entendido como o conjunto de formações discursivas de todo o tipo que coexistem ou que interagem em uma conjuntura. O campo discursivo define-se como um conjunto de formações discursivas que entram em relação no sentido amplo e se delimitam por posições enunciativas em uma dada região. O espaço discursivo pode ser visto como um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que mantêm relações privilegiadas, importantes para a compreensão dos discursos considerados, pois é aí que pode ocorrer o confronto das formações discursivas.

A AD problematiza a constituição dos sentidos, procurando mostrar tanto a materialidade do sentido como o processo de constituição também do sujeito, que instituem o funcionamento discursivo de qualquer texto. Texto aqui deve ser entendido como *“toda e qualquer forma de materialização da linguagem, pois; diante de um exemplo de linguagem, de qualquer natureza, tem-se a possibilidade da leitura”*. (Orlandi, 1996:43).

Ao produzir a leitura, o sujeito se engaja automaticamente na dinâmica do processo histórico-social de produção de sentidos, o qual não lhe é evidente e a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação, já que não há sentidos sem interpretação. Os sentidos não se fecham e não são evidentes, embora pareçam ser. O sentido está sempre em curso e não há possibilidade de dar a palavra final, porque o silêncio está presente. Não há sentido sem silêncio e esta incompletude é função do fato de que a linguagem é caracterização dos sentidos do silêncio constitutivo. Ocorre para AD, o apagamento de sentidos no interdiscurso, pois ao mesmo tempo que um enunciado é produzido, outros enunciados também possíveis são apagados ou excluídos, o que é ideológico.

A linguagem, para a AD, não é transparente segundo Pêcheux, pois *“interpretar para o analista de discurso não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto”*. Orlandi (1996:64).

De acordo com a AD, o sentido não existe em si, nem no sujeito, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são enunciadas. Uma palavra recebe seu sentido na relação com outras da mesma formação discursiva e o sujeito-falante aí se reconhece. A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito.

Outros conceitos desenvolvidos no Brasil, por Eni Orlandi, dizem respeito à tipologia discursiva. Segundo ela, há três tipos de discursivos: autoritário, lúdico e polêmico. Procuraremos caracterizar o discurso autoritário.

No discurso autoritário, temos a polarização da paráfrase, “... o tipo de discurso dominante da nossa sociedade atual é o autoritário”, Orlandi (1996:84). O discurso pedagógico não foge a essa dinâmica de tipos: assim como ele existe atualmente na sociedade, o Discurso Pedagógico é um discurso autoritário porque sua reversibilidade tende a zero. Possui um agente único, a polissemia é contida e o dizer recobre o ser, pois o referente está obscurecido.

O Discurso Pedagógico aparece como transmissor de informações e com estatuto de cientificidade, no qual o professor apropria-se do conhecimento do cientista e o transmite aos seus alunos.

O Discurso Pedagógico ,DP, aparece como discurso do poder, que cria a noção de erro e o sentimento de culpa, falando, neste discurso uma voz segura e auto-suficiente. A estratégia e a posição final aparecem como o esmagamento do outro. Neste sentido, poderíamos dizer que A (professor) ensina B (aluno) e A exerce influência sobre B. Isto pode ser percebido nas formas imperativas que se usa nas escolas, a partir de questões obrigativas perante perguntas retóricas. Exemplo: exercícios , provas, cuja formulação é: Responda...? São “questões objetivas.

Podemos ver que a escola é a sede do DP, pois é ela que faz do DP aquilo que ele é, mostrando-o em sua função um dizer institucionalizado sobre as coisas, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende. É esse o domínio de sua circularidade , que “...se define como ordem legítima porque se orienta por máximas e essas máximas aparecem como válidas para a ação, como modelos de conduta, logo, como obrigatórias. Aparece como algo que deve ser. Na medida em que a convenção, pela qual a escola atua, aparece como modelo, como obrigatória, tem o prestígio da legitimidade”, Orlandi (1987:23).

Segundo Bourdieu (1974), “a escola é a sede da reprodução cultura e o sistema de ensino é a solução mais dissimulado para o problema da transmissão de poder, pois contribui para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando, sob a aparência da neutralidade, cumprimento dessa função”. Orlandi (1974:22).

A definição da escola em função da transmissão de informações acumuladas dissocia sua função de reprodução cultural de sua função de reprodução social. Aparece como colaboradora que harmoniza a transmissão de um bem comum, o patrimônio cultura. Há uma correspondência entre distribuição do capital cultural, do capital econômico e do poder entre diferentes classes sociais. Aí, instala-se a circularidade: só o possui quem tem condições de possuí-lo. Convertem-se hierarquias sociais em hierarquias escolares e assim se legitima a perpetuação da ordem social, tendo como modelo ideal, a classe dominante.

III. ESCOLA: MEIO DE ASCENSÃO SOCIAL?

Neste primeiro passo da análise, nos propomos a trabalhar com as redes de formulação que orientam sentidos referentes à ESCOLA e à SOCIEDADE. Isto o faremos a partir do material de nossa análise: O Regimento Escolar (PPP), um documento que dita as regras a serem seguidas dentro da instituição escolar, (M-1); uma dissertação do diretor da escola, (M-2); uma dissertação de um professor que atua de quinta a oitava série do primeiro grau, (M-3); uma entrevista com aluno de oitava série do primeiro grau, (M-4); uma entrevista com a mãe de alunos de primeira a quarta série do primeiro grau, (M-5).

Para o melhor encaminhamento da análise, procuremos levantar as redes de formulação e buscar os enunciados que se nos apresentam com sentidos parafrásticos e/ou sentidos polissêmicos, conforme Maingueneau (1987:200).

Como já dissemos, a princípio tomaremos uma cadeia de formulação de sentidos parafrásticos em relação à ESCOLA - SOCIEDADE, porém, antes de aprofundar sobre esses sentidos, ressaltaremos que o uso do termo "educando" no documento escolar (PPP), denuncia certa dicotomia, portanto, diferenças de níveis entre seu contraposto, ou seja, se por um lado temos o educando, por outro lado teremos aquele que educa, o educador. Sabemos que tais terminologias são ranços do militarismo que vigoram no sistema escolar ainda hoje, pressupondo uma hierarquia de autoridade na escola. Nesta perspectiva há, na escola, funções específicas e distintas em relação ao conhecimento. Há daqueles que educam, porque já foram conformados, isto é tomaram a forma da sociedade, e daqueles que estão no processo de inserção e adaptação a ela, os educandos.

No enunciado,

"Aprimorar o espírito crítico do educando para uma melhor convivência na sociedade". - M-1

o aluno mostra-se desligado da sociedade, cabendo à escola o papel de prepará-lo para o seu possível encaixe, que julga-se ser um lugar ideal, do qual deve-se fazer parte. Este sentido está enraizado no pensamento liberal da sociedade moderna. Vejamos, *"...o que se conclui é que, se todos, tendo bens ou não, são considerados membros da sociedade civil, apenas os que tem fortuna podem ter plena cidadania, por duas razões: 'apenas esses [os de fortuna] tem pleno interesse na preservação da propriedade, e apenas esses são integralmente capazes de vida racional aquele compromisso voluntário para com a lei da razão - que é a base necessária para a plena participação na sociedade civil. A classe operária, não tendo fortunas, está submentida, não tendo fortunas, está submetida à sociedade civil, mas dela não faz parte'".* Aranha (1986:249).

O sujeito estará preparado para viver na sociedade se tiver passado por uma escola que legitime o conhecimento e o repasse para seus alunos de acordo com seus próprios interesses, controlando-o para que seus alunos possam fazer parte da sociedade.

Nessa instância já se estabelece a luta de classes. Podemos perceber isso através da materialidade lingüística. Inicialmente tomemos o verbo APRIMORAR que, segundo o Dicionário Escolar, significa: “*fazer com primor; aperfeiçoar; tornar primoroso; acompanhado de atenções*”. Quando a escola se propõe a “*aperfeiçoar o espírito crítico do educando*” está aí fazendo um pré-julgamento de que o aluno tenha um espírito crítico imperfeito. Além de tomá-lo como coisa a ser lapidada, temos também a coisificação do homem através da escola. A escola detém o poder e a capacidade de passar o conhecimento sobre o assunto. O aluno é considerado inferior, portanto, dependente, precisando mudar o seu jeito de ser. A escola é detentora das máximas que regem o conhecimento para transformar o sujeito.

Essa cadeia de sentidos se confirma também nos M-2, 3, 4 e 5:

- “...*garantindo sua integração na sociedade...*” M-2

- “...*a escola tem de oferecer à sociedade o saber...*” M-3

- “...*eu estudo para ser bem educada e saber viver na sociedade...*” M-4

Reforçando estes sentidos, temos o M-5 que diz:

- “...*que um filho não seja analfabeto, mas que saiba viver na sociedade*”.

Como vimos, as cinco fontes acima citadas defendem a sociedade como um lugar ideal para se viver, embora estando fora do alcance das pessoas.

Para se poder ingressar e fazer parte desta sociedade precisa-se aprender algumas regras necessárias, regras estas que a escola detém. A escola acaba sendo a mediadora entre as pessoas marginalizadas e a sociedade, como se fosse possível existir sociedade separada das pessoas e escola fora da sociedade. Assim era visto no liberalismo, época em que se considerava haver vários tipos de sociedades: “*Locke vai estabelecer a distinção entre a sociedade política e a sociedade civil, entre o público e o privado, que devem ser regidas por leis diferentes. Assim, o poder político não deve, em tese, ser determinado pelas condições de nascimento, mas sim garantir e tutelar o livre exercício da propriedade, da palavra e da iniciativa econômica*”. Aranha (1986:249).

Nos enunciados em análise, temos todos esse dizeres formando uma rede de formulação discursiva, a partir da qual o sujeito se inscreve discursivamente no interdiscurso, postando-se com certa coerência ideológica, consideradas as suas condições de produção. O que dissemos em relação à escola está inscrito no discurso liberalista da sociedade moderna, pois “...ressalta-se aí o elitismo presente na raiz do liberalismo, já que a igualdade defendida é de natureza abstrata, geral e puramente formal; não há igualdade real, uma vez que só os proprietários têm cidadania”. Aranha (1986:249).

Esta possibilidade de análise foi-nos também proporcionada pela presença da preposição “na” no nível da superfície lingüística, em quatro das construções. Veja nos exemplos a seguir transcritos:

M-1 (PPP):

- “...Melhor convivência do mesmo na sociedade...”

M-2 (diretor):

- “...Garantindo sua integração na sociedade...”

M-4 (aluno):

- “...eu estudo para ser bem educada e saber viver na sociedade”

“M-5 (mãe de aluno)

- “...que um filho não seja analfabeto, mas que saiba viver na sociedade”. (Grifos meus).

Na transcrição que vem a seguir, do M-3 (professor), temos na superfície lingüística a presença da crase, veja:

- “a meta principal que a escola tem de oferecer à sociedade é o saber”

Segundo Faraco & Moura, em *Língua e Literatura* 2ª. Edição página 232, “preposição é a palavra invariável, que estabelece relação entre termos de uma mesma oração”. A palavra “na” é resultado da junção da preposição “em” + a = na. Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 11ª. Edição de Francisco da Silva Bueno, p.309, “Crase é a construção de vogais iguais em um só, o “a” preposição mais “a” artigo ou seja, a + a = à”. Portanto, as preposições “na” e “à”, nos proporcionam compreensão mesma.

Nos casos acima transcritos, as preposições servem não só como elos de ligação entre termos de uma mesma oração, como também para determinar a sociedade como lugar ideal, que o aluno deverá ocupar. No caso do aluno que é tido como alguém que possui um espírito crítico imperfeito, precisa ser acompanhado de atenção e, se ele quiser ser igual aos demais “cidadãos” poderá, se passar pelo processo escolar, que legitima o conhecimento. Só assim passará a fazer parte desta sociedade tão almejada. Se ele for aprovado pelas regras escolares, poderá ser considerado igual, se não, será excluído, como o eucalipto que não fora aprovado no seu desenvolvimento e que para nada serve, a não ser para ser queimado.

Podemos perceber que as cadeias enunciativas sobre os sentidos que funcionam sobre a ESCOLA / SOCIEDADE corroboram à idéia de que a escola é o meio de ascensão social.

IV. FALAR É CONSENTIR?

Segundo Foucault (1996: 7 a 43), a instituição tem o domínio do discurso e, se alguém tem algum poder, é da instituição que este lhe advém. Supõe-se que em toda sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Constitui-se, assim, um corpo doutrinário. A doutrina tende a difundir-se pela partilha de um só e mesmo discurso, de modo que um grupo de indivíduos tão numerosos, quanto se queira imaginar, define sua pertença recíproca a partir de um discurso homogêneo.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros.

Buscaremos retratar esta unidade discursiva e institucional, o que, para tanto, tomaremos do nosso material de análise, enunciados, cujos sentidos funcionem em relação ao POTENCIAL DA CAPACIDADE HUMANA, à FAMÍLIA e ao DESAFIO ÀS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA. Podemos notar o quanto os sentidos estão estritamente filiados ao discurso da instituição escolar. Dizendo de outro modo, os discursos da/na escola, são discursos institucionalizados, portanto, sedimentados e constitutivos da pertença recíproca, sem se considerar os diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos enunciadorees, como prevíamos no início desta análise.

Primeiramente levantaremos a cadeia enunciativa quando ao POTENCIAL DA CAPACIDADE HUMANA, buscando comprovar a unidade discursiva de que falamos acima:

M-1, *“...A desenvolver o espírito crítico, criativo, sócio-cultural, político e intelectual”*.

M-2, *“...oferecendo condições para o desenvolvimento de sua potencialidade”*.

M-2, *“...em consideração a capacidade de cada um”*.

M-3, *“...respeitando as possibilidade tanto dos aprendizes quanto educadores bem como do meio existente”*.

M-4, *“...mas oportunidades para o aluno colocar as suas idéias
“... para arrumar um bom emprego e ganhar dinheiro,
para eu ser bem educada”*”.

M-5, *“...Se quer que um filho não seja analfabeto”*.

A partir destes enunciados percebemos um discurso evasivo da instituição escolar, ao centrar o poder de aprendizagem ou não, integralmente, no aluno. Quer dizer, se o aluno foi agraciado pelo dom divino por ocasião de sua concepção, favorecendo-lhe as faculdades de inteligência e capacidade intelectual, poderá agora recorrer a este recurso, já que a escola não tem culpa da não aprendizagem dos alunos. Ou seja, o problema é do aluno. De berço, ele nasce capaz ou incapaz de qualquer coisa.

Passemos à cadeia enunciativa em relação à FAMÍLIA:

M-1, *“...Integrar a família e a sociedade no desenvolvimento da função educativa”*.

M-2, *“...o fortalecimento dos vínculos de família, laços de sociedade humana e de tolerância recíproca e que se assenta à vida social”*.

M-4, *“..educação dos filhos, pobres, ricos, negros e brancos sem discriminação”*.

M-5, *“...que um filho não seja analfabeto”*.
“...Quem ia educar nossos filhos?”.

Todos estes enunciados pressupõem a necessidade e reforçam o papel da escola no sentido de fortalecer a instituição familiar. A relação entre as instituições *família/escola* são estreitadas pelos mesmos interesses, já que, como podemos ver, são instituições que se interdependem nas suas funções sociais. Entende-se que a família está para a sociedade, na mesma medida em que o fiel está para céu, havendo, entretanto, que ser purgada pela escola, até porque na sociedade só se convive com famílias que se regem pelas leis morais outorgadas pelos crivos da avaliação social.

Finalmente, levantaremos a cadeia enunciativa referente ao DESAFIO ÀS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA:

M-1, *“...adaptando-o à evolução da humanidade”*.

M-2, “...a clientela escolar a buscar novas alternativas”.

M-3, “...se as dificuldades se recaem sobre determinada parte, não significa erros incorrigíveis, mas desafios a serem superados”.

M-5, “... oportunidade de melhores condições de vida no futuro”.

“...se sacrifica, tem que colocar os filhos na escola”.

“... tenho pouco estudo e o que eu sei agradeço a minha professora”.

Os sentidos que funcionam nesta cadeia parafrástica de sentidos estão também na mesma direção, em relação ao POTENCIAL, anteriormente levantados, já que, se os problemas são superados e a comunidade escolar busca novas alternativas para as dificuldades, mesmo que isto demande sofrimentos, é porque há poderes centrados no indivíduo. Nesta perspectiva, percebe-se o sentido idealista circulando, como que se o sujeito, o indivíduo, tivesse controle sobre as circunstâncias e situações. Assim, diríamos que as pessoas desajustadas socialmente só o são, devido ao fato de que não lutaram, não são persistentes nos propósitos de *vencer na vida*.

Como podemos perceber, independentemente dos sujeitos enunciadorees dos discursos que constituem nosso material de análise, o PPP, o diretor, o professor, o aluno e a mãe de aluno, os sentidos são os mesmos, em relação ao POTENCIAL DA CAPACIDADE HUMANA, à FAMÍLIA e ao DESAFIO À SOBREVIVÊNCIA. Acreditamos que a ocorrência deste fenômeno dá-se em função de que a discursivização sobre/da/na escola é, antes de tudo, um discurso institucional, portanto, legitimado e sedimentado na sociedade. Entendemos que a instituição tem o poder de homogeneizar o discurso a ponto de suplantar as diferentes posições ideológicas e sociais dos sujeitos que a constituem. Isso podemos ver em Foucault (1996:43), quando afirma que “... A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, em contrapartida de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.

A escola exerce influência sobre os sujeitos que a constituem enquanto instituição. Isto fica claro nos enunciados em análise, pelo uso de clichês, expressões estereotipadas, que se repetem no discurso como: *aprimorar, proporcionar, adaptar, desenvolver, integrar, assegurar*. São verbos utilizados repetidamente sem que os enunciadorees percebam que estas mesmas expressões reforçam o lugar do discurso institucional. Também os substantivos no plural como: *aprendizes, educadores, potencialidades, etc.*, são formas de imposição discursiva, a partir das quais rege-se a unidade do discurso, na pertença recíproca.

Nesta perspectiva, podemos perceber os dois apagamentos tratados por Pêcheux (1969), funcionando na discursivização escolar. Esses apagamentos ocorrem tanto em relação ao sujeito enunciador, que discursa aquilo que não tem origem nele mesmo, ainda que acreditamos que o tenha, o que Orlandi (1988:81) caracteriza como ilusão necessária, quanto em relação aos sentidos que são pensados pelos sujeitos como únicos possíveis e absolutos.

Não há, para o sujeito enunciador, elucidações sobre o funcionamento dos sentidos na memória discursiva, de quais seriam possíveis ou não, porém ao enunciar, muitos sentidos são excluídos.

Segundo MARIANI (1994), *“uma formação discursiva é aquilo que pode ser dito a partir de um lugar dado em uma conjuntiva dada”* (Pêcheux, 88:160). É o que permite que, com uma mesma base lingüística, se fale diferentemente, produzindo sentidos diferentes (Courtine 82, apud Orlandi, 92). Fala-se diferentemente, ou melhor, os sentidos produzidos podem ser diferentes quando se fala de diferentes lugares sociais e ideológicos. Importa ressaltar que este processo não é mecânico – na sociedade e na linguagem não jogam apenas as previsibilidades, tudo depende das condições de produção das palavras, enunciados e textos, do modo como as disputas pelos sentidos vão se dando em função das relações de força constitutiva das formações imaginárias de uma formação historicamente determinada. Tudo depende também do lugar onde se realiza o confronto. *“As formas discursivas não são fechadas em si mesmas, estando sempre sujeitas a reconfiguração, das redes de filiação dos sentidos, reconfiguração histórica que se dá em função da repetição, ou devido às rupturas e aos equívocos. Do ponto de vista da teoria do discurso, as formações discursivas não são o ponto de partida da análise, mas sim o de chegada”*.

Entretanto, as bases lingüísticas que constituem as redes de formulação levantadas neste trabalho, no que tange à compreensão da escola como instrumento de ascensão social constituem sentidos parafráticos, porque seus sujeitos enunciadores são interpelados pelo discurso institucional escolar.

No M -1 temos como sujeito enunciador o Estado, através da SEC (secretaria de Educação e Cultura); no M-2, o diretor, autoridade máxima escolar que faz cumprir as normas do PPP; no M-3, temos o sujeito professor que constitui-se no mediador passivo das atividades escolares; no M-4, temos o aluno, sujeito interpelado pelas aspirações que a própria instituição se lhes impõe. Dizendo de outro modo, o sujeito aluno aspira pelo que a instituição julga ser bom sonhar; M-5, a mãe, sujeito que acredita na instituição como futuro promissor a todos quanto ali passarem. Para ela, a escola é a autoridade máxima do dizer, porque, segundo ela, apenas visa o bem-estar de toda a sociedade.

Todos os sujeitos enunciadores, ao enunciarem, o fazem do lugar da instituição e na instituição escolar, por isso *falar é consentir*, a partir do discurso institucional.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a possibilidade de haver o intervalo discursivo entre os enunciadores e seus lugares sociais e ideológicos e consideramos também conforme, Mariani (1994), a possibilidade da resistência de sentidos, na qual sentidos orientados e sedimentados pela instituição escolar são repetidos no nível enunciativo ou de formulação e possam significar diferente em outras condições de produção histórica. Porém, dadas as restrições do nosso material em análise, no sentido de ser produzido na/para própria instituição, acreditamos, incontestavelmente, na interpelação ideológica dos sujeitos-informantes pelo discurso escolar e que, nesta perspectiva, falar é consentir, visto ser um discurso autorizado, imposto e institucional.

Isto podemos afirmar mediante as análises efetuadas em relação aos sentidos que funcionam na escola sobre POTENCIAL DA CAPACIDADE HUMANA, FAMÍLIA e DESAFIO ÀS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA. Entendemos que os sentidos, além das formulações, são os mesmos pelo fato de se haver a imposição da ordem discursiva pela instituição escolar, homogeneizando o discurso na pertença recíproca.

Referimo-nos também à primeira parte do trabalho quando analisamos os sentidos em relação à ESCOLA/SOCIEDADE, entendendo também o direcionamento e legitimação de sentidos pela escola, ainda que pensada pela/para classe dominante.

VI. ANEXOS

UNEMAT/Campus Universitário de Pontes e Lacerda Entrevista com uma aluno de oitava série:

Quando fazemos alguma coisa é porque temos algum objetivo que queremos alcançar. Por isso gostaria que me respondesse alguns questionamentos.

Para que você estuda?

R- eu estudo para ser alguém no futuro, para arrumar um bom emprego e ganhar dinheiro, para eu ser bem educada e saber viver na sociedade.

Na sua opinião; a escola é completa e está satisfazendo os anseios dos seus alunos?

R- Eu acho que assim está indo bem.

O que você gostaria que mudasse na sua escola?

R- Eu gostaria que mudasse a forma de trabalho de alguns professores e dar oportunidade para o aluno. Para o aluno colocar suas idéias.

O que você espera da escola?

R- Eu espero que os professores ajudem o aluno a desenvolver a capacidade de ser um bom profissional na sua vida.

Qual a importância da escola em uma sociedade?

R- A importância é que ela ajude na educação dos filhos dos pobres, ricos, pretos e brancos sem discriminação.

Unemat/Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT
Entrevista com mãe de aluno de 1ª. E 2ª. Série

Você tem filhos estudando na escola?

R- Minhas filhas estuda uma na 1ª série e outra na 4ª. Série e as duas vão bem.

Quais são os mais fortes anseios que fazem você buscar o estudo dos seis filhos? Para que seu filho estuda?

R- Ah, a gente coloca o filho na escola pra dar a ele uma oportunidade de melhores condições de vida no futuro né. Porque sem estudo né(...) fica muito difícil arrumar um trabalho né, na loja, na farmácia ou na escola né(...) precisa Ter conhecimento pra arrumar trabalho né(...) Mesmo que a gente se sacrifica tem que colocar os filhos na escola pra aprender ler escrever, saber assinar o nome e ser alguém na vida. A gente que é pobre não pode dar riqueza, então tem que lutar pra dar estudo. Se quer que um filho não seja analfabeto mas que saiba viver na sociedade, né.

Como você vê a escola nesse processo educativo da sociedade?

R- Ah..., se não existisse a escola , nem sei dizer o que seria da sociedade. Quem ia educar nossos filhos? (...) Nem é bom pensar uma sociedade sem escola viu. É a escola que dá conhecimento das coisas para as pessoas. Eu tenho pouco estudo e o que sei agradeço a minha professora que foi muito amiga e coisas que aprendi foi com ela né, minha mãe era muito brava e eu tinha medo dela. Eu nem perguntava nada pra ela né . Eu tirava minhas dúvidas com minha professora. Eu já era mocinha né.

O que você acha do funcionamento da escola e se existem problemas quem é o culpado por eles?

R- Eu acho que o governo né(...) deveria dar mais incentivo né, para que a escola possa desenvolver um trabalho melhor né(...). eu acredito que a escola pode mudar muito as pessoas a melhorar de vida, pois ela dá conhecimento né. Mas o governo deve dar incentivo né,. Eu creio que tenho melhores condições as professoras vão até trabalhar melhor, Ter dedicação melhor. Assim podem se dedicar no trabalho delas né, Ter um salário em dia né.

A escola satisfaz os anseios dos pais em todos os sentidos?

R-Eu creio que falta melhorar um pouquinho né. Se o governo quizer ele pode melhorar a merenda, pois criança com barriga vazia não aprende bem as coisas, né. Tem vez que falta água e solta os alunos mais cedo por causa disso né. Isso atrapalha né. Como falei da merenda os meus levam um pãozinho

né, mas tem criança que a mãe não tem nada pra mandar né, aí passa fome né. Como vai aprender com fome? Né!

se você tivesse poder sobre a escola o que você mudaria?

R- Ah(...) eu pagaria melhor né, os professores merecem ganhar melhor assim eles trabalhariam melhor né. Zelar melhor do colégio Ter água, as vezes nem água não tem no Colégio. As vezes solta mais cedo por falta d'água, a higiene sem água não é possível. Ter merenda pras criança né. Muitas criança não tem condições de levá uma merenda e ficar quatro horas na sala de aula sentindo calor e com fome é difícil, quando em casa com dor de cabeça e não tem ânimo de fazer as tarefas, só quer dormir.

A única responsável pela educação é a escola?

R- E os pais tenque ajudá também tem pais que colocam o filho na escola e nem vai lá pra vê se o filho está indo realmente pra escola. A criança que sai de casa pra estudá e nem entra na sala de aula fica por aí nas esquina e quando os alunos voltam da escola ele acompanha e chega fala pra mãe que foi na escola, esses viram malandros, bagunceiros, ladrões e até assassinos acabam sendo uns insetos na sociedade

REGIMENTO ESCOLAR

2- “Empenhar-se em promover e facilitar o desenvolvimento integral da pessoa humana;

3- A desenvolver o espírito crítico, criativo, sócio-cultural, político e intelectual;

4- Aprimorar o espírito crítico ao educando para uma melhor convivência do mesmo na sociedade atual;

Trabalhar constantemente junto ao corpo docente para aprimorar cada vez mais a qualidade do ensino, adaptando-o à evolução da humanidade

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 5º. – A Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus, atendendo aos princípios educacionais, visa proporcionar aos educandos formação integral, oferecendo para o desenvolvimento de suas potencialidades, a sua auto-realização e participação na obra do bem comum, através de uma consciente formação espiritual, humanística e profissional.

Artigo 6º. - A Escola Estadual, Nível I a IV e V a VIII, tendo como objetivos para cada Grau de Ensino:

Pré-Escolar-

Oportunizar à criança com faixa etária a/a de 5 anos e 6 meses o acesso à vida escolar com a finalidade de prepará-la nos aspectos físico motor e social para o processo ensino-aprendizagem.

Nível I a IV-

Oportunizar ao educando no ensino regular e supletivo, a alfabetizar-se, a desenvolver seu raciocínio ético e crítico com experiências no campo da cidade e do trabalho.

TÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO

Artigo 1º.- A Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus, localizada no município de Pontes e Lacerda, à avenida Mato Grosso s/n, criada pelo Decreto nº. 2.956, publicado no Diário Oficial de 24/10/91, pág. 03, autorizada pela Resolução nº. 296/91, publicado no Diário Oficial do dia 23/12/91, pág. 20, é mantida pela Secretaria de Estado de educação do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º. – A Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus, caracteriza-se pelo regime de externato, mantendo os cursos da pré-escola e 1º. Grau, nos períodos matutino, vespertino e noturno, atendendo a uma clientela.

TÍTULO II

OBJETIVOS E FINALIDADES

CAPÍTULO I

FILOSOFIA DA ESCOLA

Artigo 3º. – A Escola Estadual de 1º e 2º. Graus tem como filosofia que todas as crianças tem direito à educação, às mesmas oportunidades, levando-se em consideração a capacidade de cada um.

Artigo 4º. – A Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus se propõe a:

1- Integrar a família e sociedade no desenvolvimento da função educativa”;

UNEMAT- CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
PESQUISA PARA A PRODUÇÃO DO ENSAIO MONOGRÁFICO
ESTAGIÁRIA: FLÁVIA WONSOSKI – VIII SEMESTRE
PROFESSORA: ORIENTADORA – MARIA INÊS PAROLIN ALMEIDA

Profissão: Professor

Faça uma dissertação sobre a escola.

O que uma escola pode oferecer à sociedade e se tem dificuldade,
Podem ser atribuídas a quem? Como resolvê-las?

A meta principal que a escola tende oferecer à sociedade é o saber. Com uma ação conjunta entre educa e aprendizes dentro de uma serie de atividade metodológica por meio de exercicios teóricos e práticos e de experiências realizadas e vivenciadas no dia-a-dia. A aprendizagem vai surgindo e solidificando respeitando as possibilidades tanto dos aprendizes quanto dos educadores bem como do meio existente.

As dificuldades surgem à medida que os direitos da emissão apresentam vários, talvez por falta de motivação para a busca de tal saber ou pela maneira pela qual esse saber é oferecido. Muitas vezes as dificuldades são decorrentes por falhas das entidades mantenedoras. De onde vem as dificuldades, sempre cada momento é um caso a ser estudado analisado, refletido e concluído. O que interessa, mesmo é a busca da superação das mesmas, principalmente por parte das partes mais interessadas que são educadores e educando, fazendo com que a parte mantenedora venha cumprir o seu papel, caso as falhas se indicarem para ela. Se as dificuldades se recaem sobre determinada parte, não significa, erros incorrigíveis, mais desafios a serem superados.

UNEMAT – CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
PESQUISA PARA A PRODUÇÃO DO ENSAIO MONOGRÁFICO
ESTAGIÁRIA: FLÁVIA WONSOKI – VIII SEMESTRE
PROFESSORA: ORIENTADORA- MARIA INÊS PAROLIM ALMEIDA

Profissão : Diretor

Faça uma dissertação sobre a escola.

Sua filosofia, objetivos e metas a serem aplicadas na prática educacional junto à Sociedade que atende:

FILOSOFIA

A filosofia da Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus “São José” é assegurar o direito de que toda criança e adolescente tenham as mesmas oportunidades, garantindo sua integração na sociedade levando-se em consideração a capacidade de cada uma.

OBJETIVOS

Dar oportunidade a clientela escolar a buscar novas alternativas, a desenvolver seu raciocínio, que visa proporcionar ao educando a formação integral, oferecendo condições para o desenvolvimento de suas potencialidades, a sua auto-realização e participação. Sua expectativa para integrar no campo da cidadania e do trabalho.

METAS

A Escola espera atingir a plena capacidade de dominar os currículos propostos no Ensino Fundamental, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

O fortalecimento dos vínculos de família, laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Esta Unidade Escolar anseia um atendimento recíproco a sua clientela aproximadamente 1300(mil e trezentos) alunos, buscando a auto-realização e os anseios de uma vida social segura e digna.

VII. BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofando à Filosofia* = São Paulo: Editora Moderna L.T.D., 1986.
- BAKHTIN, Mikail = *arxismo e Filosofia da Linguagem* Ed. HUCITEC, São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, Michael. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 2ª. Ed.: agosto de 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique – *Novas Tendências Em Análise do [Discurso – 2ª. Ed. Campinas, SP. : Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. = (Linguagem-crítica)*
- MARIANI, Bethania – *Análise de Discurso e Pedagogia do Português como Língua Materna – Unicamp Campinas – SP. Caixa Postal 6045 – dezembro-1990*
- ORLANDI, Eni Pulcinelli,- *Discurso e Leitura 3ª. Edição* São Paulo: Cortez; Campinas, Sp. 1996.
- SAVIANI, Dermeva
Dermeval Savia
- VEIGA, Ilma Passos
Campinas, SP:
- Nº. REG. 5702 *monografia* Nº. CHAM.
Estado de Mato Grosso
Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso
Universidade do Estado de Mato Grosso
BIBLIOTECA
- Universidade
= 10ª. Ed. =

[illegible]